

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 6 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-050-6 DOI 10.22533/at.ed.506201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura. III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, o e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6”, contém histórias, relatos de experiências e de investigações desenvolvidas em vários contextos de formação científica. A diversidade de autores e de suas áreas de atuação colaboraram para a construção de um processo plural e múltiplo de pensar. Organizado em dois eixos temáticos, traz discussões que perpassam pelos pressupostos teórico-metodológicos, dando visibilidade a estudos e resultados de práticas, nas seguintes dimensões: (i) Educação entre as políticas e confabulações sociais – uma seção composta por 11 artigos que endossam a reflexão sobre políticas públicas e políticas educacionais, a partir dos seguintes liames – Interdisciplinaridade no meio acadêmico; Metodologias ativas na formação continuada de docentes; O cuidar e o educar na Educação Infantil; O estudante surdo/aproximações iniciais; Política educacional; Programa escola do amanhã x IDEB; Perfil políticos de estudantes de jornalismo do Centro-oeste do Brasil; Políticas Educacionais-breves reflexões; Políticas públicas-FUNDEB; PMBA x Escola-cidadania; Ensino religioso na rede pública municipal-Vila Velha ES. (ii) A proeminência da educação em contextos sociais - nessa seção a educação em diálogo com as tramas sociais se materializa nos discursos que trazem marcas e identificação da complexidade do cotidiano brasileiro; por esses discursos perpassam as seguintes ideias - Interações entre Universidade e Escola; Metodologias Participativas; Pedagogo e concursos públicos; Ser professor na/para Educação Inclusiva; Serviço social/profissionais híbridos; Atuação docente; As interações sociais para a prevenção e combate ao bullying; Potencial de fitorremediação; Saúde pública/Educação Ambiental; Residência Pedagógica; Escola sem partido.

Portanto, este é um e-book que abrange e diversifica discussões no tripé – Educação-Política-Trama Social, organizado em 24 textos que poderão colaborar para a formação de estudantes, desenvolvimento profissional de professores que dialogam e/ou têm pretensão de aprofundarem-se sobre as temáticas discutidas.

Marcelo Máximo Purificação

Filomena Teixeira

Cláudia Denís Alves da Paz

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS E AS CONFABULAÇÕES SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
INTERDISCIPLINARIDADE NO MEIO ACADEMICO: UM CIRCUITO DE AÇÕES EDUCATIVAS NOS MUSEUS DA UFU	
Amanda Patricia Tagliaro Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.5062018051	
CAPÍTULO 2	9
METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES PARA A MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Aline Pinto Amorim Cherini Dulcileia Marchesi Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5062018052	
CAPÍTULO 3	23
O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karin Débora Rodrigues Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.5062018053	
CAPÍTULO 4	32
O ESTUDANTE SURDO E A RECEPÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES INICIAIS	
Edson Teixeira de Rezende Geraldo Balduino Horn Sueli Fatima Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5062018054	
CAPÍTULO 5	47
O PAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA PÚBLICA NA LITERATURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL	
Jacqueline Nunes Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5062018055	
CAPÍTULO 6	59
O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ: ORIGENS, IMPLANTAÇÃO E OS RESULTADOS NO IDEB	
Luiza Alves de Oliveira Jairo Campos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5062018056	
CAPÍTULO 7	76
PERFIL POLÍTICO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO – UMA ANÁLISE DE TRÊS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	
Antonia Alves Pereira Rosana Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5062018057	

CAPÍTULO 8 91

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES

Welton Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5062018058

CAPÍTULO 9 100

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FUNDEB

Vanessa de Aguiar Oliveira Laja

Elisabeth dos Santos Tavares

Michel da Costa

DOI 10.22533/at.ed.5062018059

CAPÍTULO 10 111

PROJETO UM CAMINHAR PARA A CIDADANIA: DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA RELAÇÃO PMBA E ESCOLA

Luciano Araújo Lima

Aline Maria da Conceição de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.50620180510

CAPÍTULO 11 113

RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Alexandre Camelo Tavares

Ivani Coelho Andrade

DOI 10.22533/at.ed.50620180511

A PROEMINÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 12 120

INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA: PROPOSTAS PARA PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INOVADORES

Camila de Barros Rodenbusch

Fernanda Fátima Cofferi

Sheila Caroline Saviczki

Bettina Steren dos Santos

Lorena Machado do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.50620180512

CAPÍTULO 13 131

METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS: AVALIANDO À APRENDIZAGEM

Marta Fuentes-Rojas

Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos

DOI 10.22533/at.ed.50620180513

CAPÍTULO 14 143

O LUGAR DO PEDAGOGO NÃO ESCOLAR NOS EDITAIS (2010-2019) DE CONCURSOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

Francisco Thiago Silva

Danilo Nogueira de Souza Pugas

Edna Mara Correa Miranda

DOI 10.22533/at.ed.50620180514

CAPÍTULO 15 159

O PENSAR, O SENTIR E O AGIR DOCENTE NA TRANSFORMAÇÃO DO SER PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcia Raika e Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.50620180515

CAPÍTULO 16 169

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO DA LINGUAGEM: “NOVOS DESAFIOS PROFISSIONAIS NO ENSINO HÍBRIDO”

Geni Emília de Souza

Elisangela Pereira de Queiros Mazuelos

Anderson Barros da Silva

Kelly Cristina Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.50620180516

CAPÍTULO 17 184

OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O ENSINO MÉDIO

Sandra Papadopulos

DOI 10.22533/at.ed.50620180517

CAPÍTULO 18 188

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO INCENTIVO AS INTERAÇÕES SOCIAIS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO *BULLYING*

Oliria Maria Palitot da Costa Pessoa

Fábio Ricardo Martins Pessoa

Luana Palitot da Costa Pessoa

José Willames Pereira da Costa Filho

Maria Dilma Costa de Sousa

Lucas Costa Batista

DOI 10.22533/at.ed.50620180518

CAPÍTULO 19 201

POTENCIAL DE FITORREMEDIAÇÃO DO AZEVÉM E CORNICHÃO EM SOLOS CONTAMINADOS COM IMAZAPIR + IMAZAPIQUE

Beatriz Wardzinski Barbosa

Kellyn Klein

Mirla Andrade Weber

DOI 10.22533/at.ed.50620180519

CAPÍTULO 20 209

QUALIDADE EM SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Leidy Dayane Paiva de Abreu

Francisco Bruno Monte Gomes

Lívia Alves de Souza

Erandir Cruz Martins

Francisca Emanuela Paiva de Abreu

Petronio Silva de Oliveira

Maria Magnólia Batista Florêncio

José Laécio de Moraes

Francisco Evanildo Simão da Silva

DOI 10.22533/at.ed.50620180520

CAPÍTULO 21	221
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DA ESTRUTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL	
<p> Marciele Gomes Rodrigues Thalita Brenda dos Santos Vieira Letícia de Andrade Ferreira Raiane de Brito Sousa Rayane Erika Galeno Oliveira Marcos Jadiel Alves </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180521	
CAPÍTULO 22	232
TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA VERSUS “ESCOLA SEM PARTIDO”: EDUCAR PARA ÉTICA E CIDADANIA COMO ALTERNATIVA AO Esvaziamento da Esfera Pública	
<p> Rafael Britto de Souza Claudia Teixeira Gadelha Isabella Nunes de Albuquerque Vicente Thiago Freire Brazil Alison Peterson Alves de Matos Francisco Edineudo Sousa Ferreira Rodrigo Raimar Andrade Leite </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180522	
CAPÍTULO 23	241
UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTODECLARAÇÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DA VISÃO DE FUTUROS PROFESSORES	
<p> Joseanne Aparecida Maramaldo Levi José Gregório Viegas Brás </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180523	
CAPÍTULO 24	250
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS	
<p> Marcelo Máximo Purificação Nélia Maria Pontes Amado </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180524	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	259
ÍNDICE REMISSIVO	260

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES

Data de aceite: 11/05/2020

Data de Submissão: 20/03/2020

Welton Rodrigues de Souza

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Paranaíba.

Professor de Educação Física, Pedagogo e Assistente Social. Professor e Educador Físico efetivo no município de Três Lagoas/MS. E-mail: weltonprofessor10@gmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/2632832859120465>

RESUMO: Desde o período colonial brasileiro, a educação tinha característica de elite, pois era voltada apenas para os filhos de colonos que residiam no país. Com o advento das revoluções burguesas e o Estado liberal, a educação era voltada para os anseios dos detentores do poder. Assim, com o pós-Guerra Mundial, tratados internacionais consolidaram a educação como um direito humano. Embora o sistema de ensino ainda tenha traços elitizados, as edições de legislações específicas passaram a promover uma educação inclusiva, além do povo clamar por ser gratuita e de qualidade. A pesquisa realizada pelo método dedutivo e empírico, com obras doutrinárias, tem por objetivo de analisar as políticas educacionais

e o contexto socioeconômico no qual foram elaboradas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Educação Como Direito Humano; Educação no Brasil.

BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY: BRIEF REFLECTIONS

ABSTRACT: Since the Brazilian colonial period, education had an elite characteristic, since it was aimed only at the children of settlers who resided in the country. With the advent of bourgeois revolutions and the liberal state, education was geared to the desires of those in power. Thus, with the post-World War, international treaties consolidated education as a human right. Although the education system still has elitist traits, specific legislation editions have started to promote inclusive education, in addition to the people claiming it is free and of quality. The research carried out by the deductive and empirical method, with doctrinal works, aims to analyze the educational policies and the socioeconomic context in which they were developed.

KEYWORDS: Educational Policies; Education as a Human Right; Education in Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no contexto da educação no país têm visado contribuir para a diminuir de desigualdades sociais e tornar a escola, um ambiente acolhedor. Porém, foram necessários movimentos sociais, tanto internacionais quanto nacionais, para que os atores voltassem sua atenção para a educação. As ações estatais, como políticas públicas, foram necessárias para que a educação estivesse ao alcance de todos.

A construção do sistema educacional no Brasil se divide em períodos, quais sejam de 1500 a 1930, abrangendo a Colônia, o Império e a Primeira República; o segundo período, de 1930 a 1960 aproximadamente; e o terceiro período – de 1960 em diante. Essa segmentação permite compreender todo o processo de construção das políticas de ensino no país.

Durante o período colonial, apenas os filhos dos colonos estudavam, sendo que seus estudos iam na contramão da econômica, que era agropecuarista, e a elite, pela ideia de que enriqueceria com estudo, se formavam em bacharéis. Com a chegada da Família Real, ocorreu a primeira mudança na estrutura educacional, embora o Estado ainda não intervinha nos assuntos relacionados a vida privada. Posteriormente, proclamada a Independência e a República, a educação continuava como um assunto que o governo não controlava, ainda que tivesse expandido seu público-alvo. Logo, com as Guerras Mundiais e a criação da Organização das Nações Unidas, o quadro foi alterado, pois a educação foi consolidada como um direito humano. No ambiente interno ao país, grandes educadores passaram a defender criação de políticas para atender as necessidades do povo. Assim, com a Constituição Federal de 1988 trazendo a educação como direito humano, o governo passou a empenhar esforços e ações para criar uma educação inclusiva, de qualidade e gratuita.

Desse modo, o Estado com sua política educacional passou a interferir intervindo no trabalho docente, procurando instituir mecanismos que induzam os docentes a adequarem as atividades inerentes à profissão de acordo com os resultados estabelecidos pelos interesses mercantilistas. Dessa forma, o trabalho docente tende a sofrer consequências importantes em função de sua natureza, dos objetivos e finalidades das reformas implantadas ou em curso.

Além disso, educar para os direitos humanos, prescinde, então de uma escuta sensível e de uma ação compartilhada entre professores e alunos, capaz de desencadear processos autônomos de produção de conhecimento.

Com a principal mudança ocorrida na década de 90, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, uma política pública como uma das respostas às políticas neoliberais implementadas pelo Banco Mundial. Logo, a partir da Carta Maior, os governantes

nacionais passaram a ouvir as reivindicações da população e implantar e gerir o sistema educacional de forma direta. Ainda que o ensino básico tenha se tornado gratuito e obrigatório, percebe-se que seu objetivo tenha sido o de suprir, também, as demandas da economia.

2 | ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A origem do Estado aconteceu para satisfazer as necessidades de um conjunto de pessoas com vínculos biológicos e culturais e que precisava ser organizada. Ao lado disso, com o aparecimento da propriedade privada, as desigualdades se tornavam cada vez mais evidentes. A tentativa de minimizar os efeitos das desigualdades, os Direitos Humanos foram criados na tentativa de o Estado proporcionar bem-estar social aos seus cidadãos. Assim, para que as diferenças sejam diminuídas e haja o bem-estar da sociedade, as políticas públicas passaram a ser cada vez mais utilizadas como ações estratégicas estatais.

Os conceitos de Estado e Direitos Humanos se entrelaçam, uma vez que o Estado começou a ser desenhado, através da Antiguidade Clássica, por meio do povo grego, que tinham ideias de que ele possuía algum direito. Para alguns, esses direitos se pautavam em divindades ou na natureza. Para Carnoy (2002, p. 20),

“Está implícita nas análises do Estado que se apoiam na visão pluralista a ideia de que o governo pretende servir aos interesses da maioria, mesmo que, na prática, nem sempre o faça. O governo está a serviço do povo, colocado lá por esse povo para cumprir tal função. A concepção de que os indivíduos, coletivamente, devem ser capazes de determinar as leis que os governam é tão antiga quanto as próprias ideias dos direitos humanos e da democracia.”

À frente disso, eventos relevantes aconteceram entre os séculos XVII e XX, que influenciaram para aquilo que, hoje, se conhece sobre Direitos Humanos. Como é o caso da Inglaterra e a Petition of Rights, de 1628, Habeas Act de 1679 e a Bill of Rights, de 1689. Foram elaboradas, pelos burgueses para retirar o poder das mãos do rei, em um contexto que a população não tinha liberdade e sua força era utilizada como mão-de-obra escrava. Bem como as revoluções burguesas do século XX inspiraram novas ideias para o desenvolvimento de direitos humanos.

Sobre essa época, Carnoy (2002, p. 22) explica que

“Escritores clássicos tais como Hobbes e Locke desenvolveram suas ideias nos estertores das mudanças políticas em curso na Inglaterra. De fato, o conceito básico de democracia representativa existia nesse país desde o século XIII (a Carta Magna e o Parlamento, inclusive a Casa dos Comuns, datam dessa época) e pode-se considerar que estava presente nos protestos dos nobres por seus direitos feudais, contra as tentativas de centralização do poder nas mãos de um rei.”

Assim, Carnoy segue demonstrando que o Estado Liberal surgiu para delimitar

a ação dos governantes, como bem descreve que a teoria do Estado liberal surgiu através de uma série importantes mudanças. Elas refletem as lutas políticas que aconteceram à medida que o capitalismo inglês e francês se desenvolveu (CARNOY, 2002, p. 23).

Entretanto, o liberalismo não foi suficiente na promoção do bem-estar, uma vez que se embasava na mínima intervenção do Estado nas relações interpessoais e nos contratos. Conseqüentemente, a população trabalhadora se organizou e formou movimentos sociais para lutar em favor dos direitos sociais.

No pós-guerras mundiais, a sociedade internacional se organizou na Organização das Nações Unidas com o objetivo primordial de estabelecer a paz mundial. Com isso, os direitos humanos foram elencados e definidos, com o objetivo de conferir aos indivíduos, dignidade e estabelecendo direitos e garantias fundamentais, como educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, assistência social, dentre outros. Assim, o conceito de Direitos Humanos está, para muitos doutrinadores, ligado aos direitos de liberdades básicas, como a de pensamento, de expressão, o direito à igualdade, ao trabalho, à educação, à saúde básica.

Enquanto no cenário nacional, os constituintes de 1988 foram influenciados pelos acontecimentos e ideias internacionais, prevendo os direitos fundamentais e as formas de atuação estatal, para que as igualdades, formal e material, sejam efetivas, atribuindo tratamento específico conforme a desigualdade de cada grupo social.

Assim, resgata-se o conceito de Estado, pois seu entendimento facilitará a análise das atividades estatais, como o procedimento para produzir bem-estar social, garantindo a propriedade privada, bem como mantenha toda a administração pública funcionamento satisfatoriamente. Haja vista que os grandes problemas de uma sociedade estão vinculados à questões econômicas, sociais, ambientais e políticas.

Diante das mazelas que ocorrem no meio da população, que ela mesmo não consegue solucionar, o Estado deve agir para atender demandas. Essas ações levam o nome de políticas públicas, que é toda ação voltada a promover os direitos fundamentais dos seus cidadãos e o bem-estar social.

As políticas públicas são ferramentas estatais, cujo escopo é as desigualdades sociais e conferir à população em situação de vulnerabilidade, condições para que os indivíduos se descubram como agentes de suas próprias vidas e se sintam inseridos no meio em que vivem.

Portanto, sendo a República Federativa um Estado Democrático de Direito e existindo participação da população na escolha de seus representantes, os direitos e garantias fundamentais devem ser resguardados a fim de que haja uma diminuição nas desigualdades sociais. As políticas públicas são ferramentas conferidas aos

governantes para atingir cidadãos que estejam, de algum modo, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

3 | DESENVOLVIMENTO

A estrutura do sistema educacional, atualmente no Brasil, se apresenta em educação infantil, ensinos básico, fundamental e médio, além do ensino superior, entretanto, nem sempre foi assim. No período colonial, pouco consideravam essencial a educação, cenário que foi sendo transformado paulatinamente, até chegar ao que se conhece. Tal transformação foi possível a partir de políticas públicas, desde então, a educação como uma política pública e vista como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988.

Analisando o período colonial até o dia de hoje, o sistema educacional evoluiu de algo rudimentar e seletivo, devido seu caráter excludente desfavorecendo a grande massa popular e garantindo o acesso à educação somente à elite brasileira, para complexo e universal.

Para Maria Cristina Piana (2009, p. 58), divide-se a história da educação no país em três períodos distintos, quais sejam, o primeiro, compreendendo de 1500 a 1930, abrangendo a Colônia, o Império e a Primeira República; o segundo período, de 1930 a 1960 aproximadamente; e o terceiro período – de 1960 em diante.

No primeiro período, os padres jesuítas eram os responsáveis pela educação na Colônia, cujo sistema de ensino contribuiu para um sistema educacional que seria o marco da educação no Brasil. Portanto, era predominantemente, religiosa.

No tocante à composição da população, a maioria era composta basicamente por escravos, incluindo os trabalhadores, os senhores de engenho, os grandes latifundiários e os funcionários da coroa, o que justificava a educação ser apenas para a elite, inexistindo, portanto, um sistema educacional estatal (PIANA, 2010, p. 59). Era evidente o desinteresse das autoridades em fornecer algo para a população, pois a colônia tinha objetivo, apenas, de ofertar trabalho escravo e riquezas para a metrópole.

Por isso, pode-se dizer que a maioria da população era excluída, por não ter acesso às escolas, por diversos fatores, uma vez que o objetivo dos portugueses eram de explorar e usufruir de toda a riqueza, deixando de lado questões de econômica, política e educação.

Todavia, essa ausência de interesse educacional começa a ser transformada quando a Família Real se muda para o Brasil. Com a chegada de Don João VI, diversas instituições educativas foram inauguradas, com os primeiros cursos superiores de Direito, Medicina e Engenharia (PIANA, 2010, p. 60). Isso aconteceu

em um momento de instabilidade política para Portugal, que estava para ser invadido pelas tropas de Napoleão Bonaparte, então a Família Real firmou acordo com a Inglaterra para poder escapar para o Brasil.

Os comerciantes e proprietários de terra comemoraram a medida, porque para eles, representou a abertura dos portos brasileiros e a possibilidade de negociar com outros países. A conjuntura econômica é relevante para que se possa entender as medidas necessárias.

Desse modo, com a proclamação da Independência vieram novas ideias e pela primeira vez, se discutiu sobre educação popular. Em 1827, a Assembleia constituinte determinou, em lei, sobre lei criadora de escolas primárias em todas as cidades e em vilas mais populosas, o que foi frustrado. Para Guiraldeli (*apud* PIANA, 2010, p.61), as responsabilidades pela educação primária passaram ser das províncias. Além disso, buscou-se ofertar escolas primárias e universidades e, devido à falta de interesse, a qualidade era baixa.

O sistema educativo brasileiro custou a desenvolver, Piana (2010, p. 62) asseverou que

“A expansão do ensino foi lenta e irregular, por falta de uma formulação da política educacional e mesmo com a proclamação da República, em 1889, quase não alterou esse cenário, mas houve somente investimento e expansão no ensino superior, por meio da criação de muitas escolas para a formação de profissionais liberais, em atenção aos interesses de uma classe dominante para a permanência no poder.

A iniciativa particular assumiu a responsabilidade sobre o ensino secundário, em função da ausência escancarada do Estado nesse nível educacional.

As transformações ocorridas no setor econômico, político e social, na Primeira República introduziram mudanças no setor cultural, pois a ideia de que a escolarização deve responder aos anseios das transformações sociais do século XX levou a um entusiasmo pela educação e a um otimismo pedagógico.”

Desse modo, a preocupação com a política educacional se acentua no pós-primeira guerra mundial, que há formação de grandes educadores, reformulando o ensino superior. Haja vista que, no Brasil nesse período, a cultura do “bacharelismo” (PIANA, 2002, p. 63), isto é, houve entre a classe média um desejo pelo título de doutor como um modo de ascender socialmente. Entretanto, reporta-se à uma contradição, sendo que o país, essencialmente agrário, formava muitos bacharéis em Direito, por exemplo.

A partir de então, mudanças ocorreram para esboçar uma democratização no ensino, sendo que, como descreve Piana (2002, p. 63)

“A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 foi a medida educacional mais importante, pois tinha como papel fundamental, orientar e coordenar, como órgão central, as reformas educacionais que seriam incluídas na Constituição de 1934, tendo como seu titular Francisco Campos.”

Já na Era Vargas, a educação era marcada pelo seu caráter rígido e com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lutou-se pela educação pública, gratuita e laica, vez que no final de 1920, o analfabetismo chegou a 80%. Tendo em vista, que durante o governo de Getúlio Vargas, o processo de industrialização paulista começou a ter forças, então era necessário que a educação fosse voltada para suprir a demanda nas indústrias. Assim, o ensino industrial um papel relevante na formação de mão de obra.

Assim, já iniciadas as reformulações, a educação básica passou a ter como objetivo, atribuir a capacidade dos sujeitos de se tornarem empregáveis. Trata-se de relacionar a educação com a possibilidade dos indivíduos terem acesso ao mercado de trabalho. Com vistas à realização de tais objetivos, o Estado realizou mudanças bastante abrangentes no arcabouço normativo da educação escolar.

Desde então, os esforços governamentais pairavam em satisfazer o clamor da população por educação e, com o início da ditadura militar, o sistema de ensino é ampliado, integrando, também, o superior. Com isso, agências de apoio à pesquisa e pós-graduação são criadas, torna-se obrigatório o ensino de crianças de quatro a oito anos e leis fomentando a educação passaram a ser sancionadas. Como bem explica Piana (2002, p. 66)

“São promulgadas várias leis que introduzem reformas importantes nos diferentes níveis de ensino. Despontava nessa época Paulo Freire, como educador imprescindível para o Brasil, principalmente, com um novo método pedagógico de alfabetização e a educação de base que visava a um processo de conscientização e de participação política por meio da aprendizagem das técnicas da leitura e da escrita.”

Posteriormente, já na era da Constituição Cidadã, que traz a educação como direito fundamental e de competência do Estado e, subsidiariamente, da família, o legislativo promulgou a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996. Assim, o governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios. O controle do sistema escolar passa a ser exercido por meio de uma política de avaliação para todos os níveis de ensino.

De acordo com a LDB, a educação de crianças até 05 anos é gratuita, mas não obrigatória; o ensino básico é obrigatório e gratuito, sendo de competência concorrente dos Municípios e Estado, e o ensino médio, podendo ser profissionalizante ou não, de competência do Estado.

Outro marco para o sistema educacional foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, implantado em janeiro de 1998. O FUNDEF se caracterizava pela redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental, isto é, os recursos são partilhados entre os governos Estaduais e Municipais de acordo com o número de alunos matriculados.

Para Ferreira (2014, p. 1140)

O FUNDEF, como ficou conhecido, se constituiu em um Fundo contábil, formado por vários impostos, tendo como objetivos a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério, o estímulo ao trabalho em sala de aula e a melhoria da qualidade do ensino. Essa legislação foi revogada por meio da Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, que criou o FUNDEB, abrangendo toda a educação básica.

O FUNDEF se caracterizou por alterar a gestão administrativa do ensino, causando maior responsabilização das instituições pelo rendimento dos alunos, pautando-se na racionalização dos gastos públicos. Incentivou parcerias público-privadas e projetos de voluntariado, como o Amigos da Escola (FERREIRA, 2014, p. 1140).

Sob esse prisma, na educação formal, universalização, obrigatoriedade e gratuidade formam parte de um único processo. A obrigatoriedade e a gratuidade da educação representam, simultaneamente, a garantia da universalidade do acesso à educação, ao tempo em que asseguram o direito do homem à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto que políticas públicas são planos e ações direcionadas a determinados fins pelo Estado, como forma de promover o bem-estar social e atender as demandas da sociedade. Assim, são as políticas públicas educacionais no país, antes voltada apenas para a elite e exaltando o bacharelado, conseqüentemente, na formação de doutores, para depois finalizando atender a demanda das indústrias que estavam se instalando, com a educação técnico-profissionalizante.

É bem verdade que, no Brasil, conquanto tenhamos avançado na definição e regulamentação do direito à educação, sua efetividade em termos de garantia de acesso, permanência e qualidade de ensino ainda está por acontecer.

Todavia, ao refletirmos sobre a igualdade de acesso e a qualidade da educação, torna-se indispensável a compreensão de que a efetividade do direito de todas as crianças à educação é um imperativo ético cujo fundamento é o princípio da responsabilidade de acolher todas as crianças sem qualquer tipo de discriminação.

Tal perspectiva compreende os Direitos Humanos não apenas como indicativos de direitos fundamentais que devem ser respeitados, mas, sobretudo, como uma defesa da igualdade entre os seres humanos, respeitando-se as diferenças.

Portanto, ainda que o sistema educacional brasileiro tenha evoluído, sendo desenvolvidas políticas públicas, o sistema continua excluindo muitos crianças e jovens, por razão de classe social ou algum tipo de deficiência. Esse é o desafio, tornar as escolas um ambiente propício à inclusão social, despendendo atenções segundo a necessidades de cada estudante.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, E; GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995
- AZEVEDO, J. L. A Educação Como Política Pública. Campinas. Autores Associados, 2002
- CARNOY, Y. M. Estado e teoria política. Campinas-SP: Papyrus, 1998.
- DE TOMMASI, L., WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez 1996.
- MESZÁROS, I. Educação para além do capital. 9 ed. São Paulo: Bomtempo, 2010.
- OLIVEIRA, D. A; DUARTE, M. R. P. (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação, Belo Horizonte: Autêntica, 1999
- PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>
- SACRISTÁN, J. G; GÓMEZ, A. I. P. Compreender e transformar o ensino. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SACRISTAN, J. G. Poderes instáveis na educação. 3 ed. Porto Alegre, Artmed, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizado 7, 13, 18, 33, 34, 37, 43, 44, 68, 133, 147, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 181, 186, 193, 216, 218, 230, 253

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 65, 90, 148, 150, 187, 193, 194, 196, 259

Avaliação em processo 131, 134, 135

B

Bilinguismo 32, 33, 34, 37, 39, 43

C

Cidadania 21, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 111, 112, 117, 129, 146, 182, 219, 232, 233, 234, 237, 239

Cuidar 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 65, 139, 219

Cultura de paz 195

E

Editais 143, 144, 150, 151, 152, 154, 156, 157

Educação no Brasil 91, 95, 100, 103

Educar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 45, 63, 92, 178, 200, 231, 232, 238

Ensino Religioso 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Escola 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 53, 54, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 85, 90, 92, 98, 99, 100, 104, 105, 107, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 141, 146, 148, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 253, 259

Escolas do amanhã 59, 65, 67, 71

Estágio Supervisionado 1, 2, 6, 8

Estudo de caso 38, 53, 58, 110, 131, 136, 137, 141

F

Formação de Professores 2, 14, 20, 49, 53, 54, 55, 58, 74, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 154, 159, 161, 162, 167, 223, 230, 250, 252, 254, 255, 257, 258, 259

Formação Docente 9, 11, 13, 20, 53, 121, 122, 123, 127, 148, 162, 167, 168, 187, 257, 258

FUNDEB 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

G

Gestão democrática 100, 191

Gestão escolar 49, 55, 113, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 199

H

Herbicida 202, 205, 207, 208

I

IDEB 47, 48, 50, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Inovação no Ensino 120, 121

Interações sociais 188, 189, 190, 191, 192, 199

Interdisciplinaridade 1, 6, 8, 124, 127, 230

L

Legislação 32, 34, 35, 36, 98, 103, 114, 115, 116, 118, 190

M

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 141, 182

P

Participação política 76, 83, 97

Pedagogo 91, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 158, 244, 258

Plano de Ações Articuladas 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Polícia e Escola 112

Políticas Educacionais 49, 50, 52, 58, 91, 99, 191, 199, 252, 258, 259

Políticas Públicas 33, 47, 48, 50, 52, 55, 62, 74, 86, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 113, 259

Prática docente 38, 120, 123, 221, 222, 224, 228, 254, 256

Professor 12, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 78, 85, 87, 91, 100, 113, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 180, 184, 186, 187, 193, 198, 200, 217, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 241, 243, 248, 250, 253, 254, 255, 256, 258, 259

R

Residência 221, 222, 223, 224, 229, 230

S

Saúde Ambiental 209, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220

T

Tecnologias 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 35, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 127, 128, 129, 130, 146, 148, 150, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 235, 241, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

 **Atena**
Editora

2 0 2 0